

- Molloy, Seán. 2006. *The Hidden History of Realism. A Genealogy of Power Politics*. Nova York: Macmillan.
- Moniz Bandeira, L. A. 2005. "Política Exterior do Brasil – de FHC a Lula". *Revista Espaço Acadêmico*, n. 49, jun.
- Pinheiro, Letícia. 2000. "Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea". *Contexto Internacional*, v. 22, n. 2, jul./dez.
- Saraiva, Miram Gomes. 2013. "Continuidade e mudança na política externa brasileira: as especificidades do comportamento externo brasileiro de 2003 a 2010". *Relações Internacionais*, n. 37, pp. 63-78, mar.
- Villa, Rafael Duarte. 2005. "Política externa do governo Lula. Continuidades e rupturas". *Revista Adusp*, mai.

413-445

12. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda

Rodrigo Patto Sá Motta*

A vitória eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores em 2002 foi um marco importante na história brasileira. Após as tentativas fracassadas de 1989, 1994 e 1998, finalmente o operário metalúrgico e sindicalista chegou ao poder. Pela primeira vez uma candidatura claramente de esquerda ganhava as eleições presidenciais no Brasil, com a novidade extra de ter no comando alguém com o perfil de Lula, retirante nordestino e trabalhador braçal. As origens sociais e a imagem radical de Lula e do PT representavam uma parte do eleitorado e atraíam votos, porém, em outros segmentos, provocavam o medo que contribuiu para as derrotas anteriores.

No entanto, nas eleições de 2002 surgiu um novo candidato, mais moderado, que se apresentou com a fórmula "Lulinha paz e amor". A mudança na apresentação pessoal do líder do PT, que ganhou ternos e barba bem cortados, implicou também a adoção de um programa político mais comedido. Não se tratava apenas de cálculo eleitoral. Desde os anos 1990 a liderança do partido vinha abandonando o radicalismo em proveito de uma perspectiva moderada e pragmática, mais inclinada a reformar o sistema econômico-social do que a fazer uma revolução. Na verdade, o próprio Lula e outros líderes partidários jamais deram provas de adesão a qualquer projeto revolucionário – ao contrário de correntes minoritárias do PT –, de modo que não se tratava propriamente de traição, mas do esclarecimento

* Professor Titular do departamento de História da UFMG.

de posições antes mantidas em zona de ambiguidade. Para esse processo de *aggiornamento* contribuiu também a crise do “socialismo real”, mas, na verdade, o PT nunca havia definido claramente o seu programa, limitando-se a declarações em favor de um socialismo vago e jamais delineado. O caminho dessa marcha rumo a posições pragmáticas e moderadas foi recheado de crises internas, culminando em alguns casos com a exclusão de alas mais esquerdistas do partido (Reis Filho, 2007, pp. 518-519).

O programa moderado para as eleições de 2002 foi sacramentado na “Carta aos brasileiros”, que significava um compromisso com a estabilidade econômica e respeito aos contratos, inclusive com o capital estrangeiro. Tratava-se de uma declaração de garantia de que as dívidas do Estado seriam honradas e que a propriedade seria respeitada, para tranquilidade dos capitalistas. Para as classes médias e setores populares, era uma promessa de que o PT manteria o programa de combate à inflação do governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, para quem Lula perdeu duas eleições. A propósito, a vitória de Lula foi favorecida pelo esgotamento do projeto tucano de governo e seu Plano Real, que parecia incapaz de continuar mantendo a inflação baixa e a moeda valorizada, as fontes da popularidade de Cardoso nos anos 1990. No final de 2002 o real parecia fazer água, já que a inflação superou os dois dígitos e a moeda brasileira atingiu seu ponto mais baixo, sendo necessários então 4 reais para obter 1 dólar.

O projeto eleitoral vitorioso do PT em 2002 deveu-se também à aliança com setores políticos moderados, consubstanciada na presença do político conservador e empresário José de Alencar como vice-presidente de Lula. Vale lembrar também que foi estruturada uma campanha publicitária inteligente para reduzir as resistências conservadoras à candidatura Lula, destacando-se o slogan “A esperança vai vencer o medo”. Apesar disso, os opositores à candidatura exploraram o medo, argumentando que tudo não passava de estratégia eleitoral e apontando o perigo latente representado pela ala esquerdista do PT.¹ Nesse quadro, a insegurança do setor financeiro e empresarial levou à deterioração de um quadro econômico já ruim, surgindo especulações sobre provável fuga de capitais caso os petistas ganhassem.

Vitorioso apesar da campanha adversária, Lula honrou as promessas moderadas feitas durante a campanha. Escolheu a negociação para desmobilizar a opinião contrária, em lugar de confrontar os adversários. Uma

estratégia de acomodação recorrente na história brasileira ao ponto de podermos afirmar que faz parte da cultura política. Teoricamente o confronto seria uma opção, mas, também, o caminho mais arriscado, pois as forças em que poderia se apoiar eram incertas. Afinal, Lula teve 48% dos votos no primeiro turno e mais ainda no segundo, porém seu partido conquistou apenas 17% das vagas na Câmara dos Deputados, a que se podia somar os votos de alguns poucos aliados à esquerda. Nessas condições seria impossível governar sem fazer compromissos, salvo se houvesse força e disposição para implantar uma ditadura. Não havia, felizmente.

A situação econômica difícil herdada pelo presidente Lula em 2003 tornava o quadro ainda mais desafiador. Além da desvalorização do real e da inflação alta, havia outros indicadores ruins, como o aumento da dívida pública, o fraco crescimento econômico e a elevada taxa de desemprego (cerca de 11,5%).² Seguindo a estratégia moderada que viabilizou a sua eleição, Lula decidiu adotar fórmulas ortodoxas para agradar ao “mercado” e estabilizar a situação macroeconômica e financeira. Para alcançar tais objetivos escolheu autoridades econômicas afinadas com o mercado financeiro, especialmente Henrique Meirelles para comandar o Banco Central. Além disso, foram mantidos os fundamentos econômicos básicos do Plano Real de FHC: valorização da moeda por meio de mecanismos cambiais, manutenção de taxas de juros elevadas e controle dos gastos públicos, tendo como meta prioritária o combate à inflação. Na verdade, em seu início o novo governo foi mais ortodoxo que o anterior, praticando uma taxa de juros em níveis mais altos que FHC, além de estabelecer uma meta de superávit fiscal também maior.

As medidas iniciais do governo Lula não agradaram às esquerdas, que se sentiram traídas devido aos acordos com grupos conservadores e à adoção de política econômica ortodoxa. Em que pesem as críticas e polêmicas, as medidas duras trouxeram os resultados esperados pelo governo e produziram significativa redução da dívida pública, que baixou de 76% do PIB em 2002 para 61% em 2010. Mais notável e com maior impacto social foi a redução da taxa inflacionária, que voltara a assombrar os brasileiros após os sucessos iniciais do Plano Real. Tendo alcançado 12,5% em 2002, último ano do governo FHC, a taxa inflacionária caiu para 9,3% em 2003 e para 3,1% em 2006. Tratou-se de resultado marcante, sem dúvida, que foi

acompanhado – e influenciado – pela revalorização cambial do real, que voltou a funcionar como âncora para a inflação. No final de 2002 a taxa de câmbio chegou a 4 reais por dólar, mas caiu para 2,6 reais por dólar em 2004 e para 2,3 em 2005. Com a queda da inflação e a melhora da situação cambial, os gestores da política econômica começaram a baixar a taxa de juros, o que na sequência serviu de estímulo para a retomada do crescimento.

O lado negativo das medidas ortodoxas foi a redução imediata da atividade econômica, resultado direto das elevadas taxas de juros e do corte de gastos públicos. A taxa de crescimento do PIB caiu de 2,7% em 2002 para 1,1% em 2003, primeiro ano do governo Lula. Como seria de esperar, a taxa de desemprego subiu e piorou uma situação que já era ruim, chegando a quase 13% ao fim do primeiro ano do governo Lula. No entanto, logo começou uma tendência de aceleração do crescimento que iria suplantar a estagnação econômica do primeiro ano. A partir do segundo ano do governo Lula, a economia voltou a crescer significativamente, o que provocaria entusiasmo e euforia: o PIB cresceu 5,7% em 2004, 4% em 2006 e 6% em 2007. Seguindo em proporção inversa à expansão da atividade econômica, a taxa de desemprego caiu rapidamente, baixando a menos de 10% em 2006 e caindo mais ainda nos anos seguintes. A razão desses sucessos é que o novo governo reverteu as expectativas iniciais e ganhou a confiança do mercado financeiro e dos empresários, que voltaram a investir em quadro de estabilidade econômica. Foi fundamental também a situação internacional favorável, principalmente o aumento das importações chinesas de produtos primários e o chamado boom das *commodities*, resultando em valorização dos produtos exportados. O volume e a rentabilidade das exportações brasileiras cresceram bastante, principalmente dos produtos minerais e da agroindústria. Nesse período a China tornou-se o principal parceiro econômico do Brasil, uma mudança histórica, já que passou a ocupar uma posição mantida pelos Estados Unidos havia décadas. O crescimento no afluxo de capitais externos para o Brasil contribuiu para o acúmulo de grandes reservas em dólares, que atingiram cerca de US\$ 300 bilhões. Para júbilo do governo a dívida externa caiu e o Brasil passou de devedor do FMI a seu credor, invertendo uma situação humilhante vivida por governos anteriores.

Como foi dito, o governo Lula evitou choques com interesses poderosos e respeitou as privatizações realizadas na gestão de Cardoso, além de ter mantido alguns fundamentos da política macroeconômica do seu antecessor. Mesmo assim, os governos liderados pelos petistas implantaram mudanças importantes. Um ponto central, que será abordado na próxima seção, foi a adoção de políticas sociais mais generosas orientadas para a distribuição de renda que, a propósito, tiveram impacto positivo no crescimento econômico. Em linhas gerais, os mandatários petistas se afastaram da orientação liberal prevalecente nos governos dos anos 1990. Porém, o caminho que afinal adotaram foi inspirado menos na tradição socialista e mais no nacional desenvolvimentismo brasileiro, embora com um viés de esquerda acentuado. Ressalte-se o paradoxo da situação, já que originalmente as lideranças petistas criticavam acidamente a herança varguista. Mas a guinada foi feita sem maiores dificuldades, nem necessidade de ajuste de contas programático, para isso concorrendo favoravelmente a tradição do PT de não definir claramente o seu matiz socialista.

Superada a fase inicial de ajuste ortodoxo da economia, o novo desenvolvimentismo da era Lula foi se instalando paulatinamente, aproveitando a experiência e as tradições ainda presentes na máquina estatal. Foi abandonada a visão privatista dos governos anteriores e recuperado o papel do Estado como agente e planejador econômico. Fundamentalmente, o novo desenvolvimentismo passou pelo aumento de gastos públicos (fruto do aumento da arrecadação) e por uma política de distribuição de renda para impulsionar a atividade econômica, assim como a aplicação de incentivos diversos para alavancar a indústria. Além de benefícios fiscais para alguns setores industriais e da progressiva redução da taxa de juros, para fomentar a atividade econômica o governo Lula turbinou o financiamento operado por grandes bancos estatais, notadamente o BNDES. Além disso, adotando estratégia próxima à tradição corporativista, os governos petistas criaram conselhos consultivos com participação de empresários e trabalhadores visando a ampliar a produção e o emprego. Não obstante tais cuidados com a indústria, o setor produtivo mais rentável foi o da produção primária para exportação. Isso se deu tanto por influência da situação econômica internacional (valorização das *commodities* e importações chinesas) quanto porque a política de valorização da moeda prejudicava a indústria nacional.

É digno de nota o crescimento da produção agrícola nesses anos, que, além de contribuir com o aumento das exportações, gerou uma espécie de âncora verde para conter a inflação.

Políticas sociais e culturais

O sucesso da estratégia de crescimento econômico deveu-se, também, às políticas sociais dos governos petistas que, ao aumentarem a renda dos grupos mais pobres, ampliaram o mercado para os setores produtivos, abrindo novas oportunidades para negócios. Os desdobramentos dessas políticas sociais geraram críticas ácidas dos adversários locais do petismo enquanto no plano internacional, ao contrário, elas trouxeram fama e reconhecimento.

Para demonstrar a efetividade do seu compromisso social, uma das primeiras medidas do governo Lula foi criar o Ministério de Segurança Alimentar e Combate à Fome. O primeiro projeto de destaque desse ministério foi o Fome Zero, que, na verdade, significava a reunião de vários programas sociais, especialmente o já existente Bolsa Escola. As medidas de combate à fome eram legatárias de iniciativas criadas nos anos 1990, tanto em administrações locais do PT como pelo governo de FHC, que, em 2001, transformou o Bolsa Escola em programa federal.

No entanto, o programa Fome Zero do governo Lula foi malsucedido e frustrou as expectativas iniciais, sendo o insucesso atribuído a falhas de organização e de gestão. Na sequência foi lançado o Bolsa Família, que consolidou os programas anteriores e corrigiu falhas, aumentando a eficiência do sistema (Hall, 2006, p. 697). Além disso, outro ajuste foi uma reorganização ministerial que atribuiu ao novo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a principal responsabilidade no controle desse segmento de programas sociais.

O fundamento do Bolsa Família era condicionar o recebimento do auxílio social oferecido às famílias à obrigação de manter os filhos nas escolas. Estabeleceu-se também a exigência de realizar controles de saúde e manter em dia a vacinação das crianças, de modo que esse programa social procurava conectar o combate à fome a melhorias educacionais e na saúde. Com o objetivo de evitar desvios do dinheiro e o uso clientelístico

do auxílio social, que eram flagrantes no período em que os governos entregavam cestas básicas à população pobre, o Bolsa Família passou a enviar os recursos diretamente às famílias beneficiadas, especificamente às mães.

Os valores concedidos eram pequenos e variáveis a depender da quantidade de filhos, chegando a uma média de 34 dólares por família no fim de 2006, quando se instituiu o teto máximo de 43 dólares por grupo familiar. Apesar da modéstia dos valores, devido ao estado de miséria de muitos cidadãos os resultados sociais eram importantes para quem recebia o auxílio. Em 2004 os investimentos com o Bolsa Família representavam aproximadamente 0,5% do PIB, o que significava aumento significativo em relação aos gastos do governo anterior com programas semelhantes (Hall, 2006, p. 693). Os recursos dos programas sociais beneficiavam cerca de 45 milhões de pessoas em 2006, valendo a pena notar que os projetos de transferência de renda iriam se expandir nos anos seguintes sob os governos do PT.

Não há dúvida de que esses programas trouxeram resultados sociais positivos e contribuíram para retirar milhões de pessoas da linha da miséria. O seu impacto mais efetivo foi em regiões de maior concentração de população carente, especialmente o Nordeste. Porém, os programas sociais do governo Lula geraram muitas polêmicas, tanto mais candentes quando a oposição percebeu os seus efeitos políticos. Os críticos apontaram ineficiência, casos de duplicação de benefícios e situações em que as famílias atendidas não necessitavam de ajuda. Além disso, encontraram-se casos de uso clientelístico do Bolsa Família, já que alguns prefeitos conseguiram maneiras de manipular o cadastramento dos beneficiários apesar de existirem conselhos populares municipais com poder de fiscalização.

As críticas mais duras visaram a desgastar politicamente o governo. Apesar do esforço dos órgãos públicos responsáveis em garantir que o dinheiro atingisse os fins sociais desejados, o governo Lula foi acusado de se beneficiar politicamente do programa e manipulá-lo com fins eleitorais. De fato, a votação do PT nas áreas mais atendidas pelos programas sociais aumentou muito, alterando o cenário eleitoral a partir do pleito de 2006. No entanto, associar imediatamente as políticas estatais ao comportamento eleitoral é raciocínio demasiado simplista. Além do mais, a mesma crítica poderia ser feita a outros governos que, por exemplo, adotaram políticas

em benefício dos banqueiros ou das grandes empresas de mídia e ganharam o seu apoio eleitoral.

Paralelamente às críticas fundamentadas em argumentos políticos, houve polêmicas também quanto aos efeitos sociais dos programas de transferência de renda, muitas vezes com base em preconceitos e privilégios arraigados. Alegou-se que um dos resultados nefastos era que “os pobres não queriam mais trabalhar”, contentando-se em viver das bolsas governamentais. Em outra chave crítica apontou-se o encarecimento dos serviços domésticos resultante da escassez de mão de obra e do aumento contínuo do salário mínimo, em prejuízo de relações de exploração tradicionais herdadas da escravidão. No entanto, os programas de bolsas sociais construídos nesse período são considerados positivos por qualquer analista mais sério e sem preconceitos, inclusive uma entidade isenta de qualquer populismo como o Banco Mundial. A propósito, o reconhecimento externo da relevância e impacto desses programas sociais atraiu o apoio de entidades internacionais, sendo que algumas delas participaram do financiamento.

Além dos programas de transferência de renda, outras políticas dos governos petistas tentaram reduzir as desigualdades sociais, implicando igualmente impactos econômicos positivos. Uma ação importante foi a política de aumentos reais para o salário mínimo, ou seja, de reajustes anuais acima da inflação. Essa política vinha sendo seguida pelo governo FHC, mas se tornou mais ousada nas gestões petistas. O salário mínimo passou de R\$ 200 a R\$ 540 no período Lula, o que significou um aumento real (descontadas as perdas inflacionárias) de aproximadamente 70% segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). De acordo com alguns economistas, o aumento real do salário mínimo contribuiu de maneira mais efetiva do que as bolsas sociais para a redução da miséria e a ampliação do mercado consumidor. No que toca ao aumento do consumo das famílias mais pobres, que repercutiu favoravelmente na produção econômica, igualmente significativas foram as políticas oficiais para expansão de crédito dirigido aos setores populares.

Ainda no campo das políticas sociais chamou atenção a falta de empenho do governo petista em aprofundar a reforma agrária, uma bandeira histórica das esquerdas brasileiras. Embora o governo tivesse apresentado de início planos ambiciosos a serem implementados pelo Ministério do

Desenvolvimento Agrário, a distribuição efetiva de terras alcançou cifra pequena em relação ao que foi planejado. Uma das explicações é que os governos petistas mantiveram boas relações com o chamado agronegócio, que contou com representantes no Estado sempre mobilizados para atribuir ao setor o mérito pelo incremento nas receitas de exportação. O tema da reforma agrária deixou de ser prioridade em quadro de entusiasmo pelo sucesso dos outros programas sociais, ao mesmo tempo que o governo evitava criar pontos de atrito com o poderoso e estratégico setor do agronegócio.

Para completar o quadro das políticas sociais implantadas pelos governos petistas importa mencionar as iniciativas educacionais desse período, que têm interface com a cultura e a ciência. Com base na convicção sobre o papel positivo do Estado na indução do desenvolvimento social e graças ao aumento de recursos decorrentes da expansão econômica, o governo Lula empreendeu notável expansão dos sistemas de ensino em que tradicionalmente atua o governo federal. A rede de escolas técnicas federais foi ampliada de maneira significativa, com um aumento de cerca de 100% em comparação com o período anterior. No caso do ensino superior o novo governo reverteu o quadro de definhamento vivido nos anos FHC, implantando melhorias na carreira docente e expandindo a infraestrutura e as vagas para alunos. Até 2014, 18 novas universidades federais foram criadas, a maioria delas em áreas do interior ainda não atendidas pelo ensino superior. Juntamente com a ampliação das estruturas das universidades federais mais antigas, esse processo gerou um incremento no número de alunos da ordem de 100%.

Não obstante a ênfase em fortalecer as instituições públicas, que foram contempladas com vários projetos, o governo também expandiu o financiamento para instituições privadas. Em primeiro lugar ampliou um programa criado no governo FHC, o Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), que com recursos dos bancos federais financiava o pagamento de mensalidades em faculdades privadas, gerando a obrigação do aluno de quitar o débito após o término do curso. Em 2014, cerca de 25% dos estudantes das faculdades privadas recebiam auxílio do Fies. Mas a gestão petista também criou um programa novo para financiar o estudo em faculdades privadas, o Prouni (Programa Universidade para Todos).

Trata-se de um programa de bolsas para estudantes de baixa renda que, a depender da situação familiar, recebem 100% ou 50% de financiamento do custo da faculdade. Entre 2005 e 2012 o Prouni atendeu mais de 1 milhão de estudantes, segundo dados do Ministério da Educação.

Os resultados da expansão no ensino superior se expressaram no aumento no número de estudantes universitários: em 2002 eles eram 3,2 milhões, enquanto em 2014 o número ascendeu a 7,3 milhões. Paralelamente à expansão da graduação, ocorreu também aumento do sistema de pós-graduação, que entre 2000 e 2010 ampliou em mais de 100% o número de alunos, atingindo o total aproximado de 180 mil estudantes em 2011 (entre mestrandos e doutorandos). Para consolidar esse incremento o governo reeditou o Plano Nacional de Pós-Graduação, que foi implantado pela primeira vez na ditadura militar, e as agências federais ampliaram verbas para pesquisas científicas e para investimentos na respectiva infraestrutura.

Outra área de ação pública que implicou simultaneamente os campos social e cultural foram as políticas afirmativas voltadas ao combate das desigualdades raciais. Aqui também, e o mesmo vale para as políticas de gênero e de direitos humanos, os governos petistas aprofundaram iniciativas anteriormente existentes, embora em certos casos tenha se tratado de inaugurar ações inovadoras. Lula criou a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), órgão com *status* de ministério em seu governo. A Seppir atuou para ampliar os direitos dos negros e para alcançar o reconhecimento simbólico de algumas demandas. Um dos resultados mais visíveis dessa ação foi a implantação de cotas sociais para o ingresso no ensino superior e em carreiras do serviço público. Para os exames de entrada nas universidades federais, aprovou-se lei garantindo 50% de vagas para jovens egressos de escolas públicas, a serem atribuídas em proporção no mínimo igual à composição racial da região (pretos, pardos e indígenas). Outra lei federal determinou que 20% das vagas em concursos para o serviço público devem ser reservadas aos negros. Assim como os programas de transferência de renda, a política de cotas raciais gerou enormes polêmicas, provocando não apenas os racistas (radicais ou cordiais), mas também os defensores de valores universalistas e os que apontam as dificuldades para definir quem é negro ou branco no Brasil.

Algumas reivindicações femininas foram também contempladas pelos governos petistas a partir da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SNPM), que no segundo mandato de Lula seria alçada ao *status* de ministério. Nesse campo foram implantadas várias ações visando à igualdade de gêneros e à ampliação da participação política das mulheres. Importante também referir os programas de combate à violência contra as mulheres, com destaque para a Lei Maria da Penha, aprovada em 2006. Houve iniciativas igualmente significativas na área dos direitos humanos, cuja importância aumentou no governo Lula com a transformação da Secretaria de DH (criada no governo FHC) em órgão ministerial. A nova Secretaria de DH deu continuidade e aprofundou ações dos governos anteriores, com destaque para a defesa de minorias sexuais, dos jovens e dos detentos, além de investigações referentes aos mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar. Vale dizer que as polêmicas geradas no campo dos direitos humanos e da igualdade de gênero e racial impediram a realização de muito do que foi planejado pelos agentes do governo. A oposição de setores conservadores à aplicação de certas políticas públicas nessas áreas contribuiu para a mobilização antipetista de 2014-2015, como logo se verá.

Enfim, não se pretende registrar em detalhe as ações sociais e culturais das gestões petistas, apenas destacar as que provocaram maior repercussão, especialmente no campo político. Fazendo um balanço dos resultados alcançados com as políticas sociais e o crescimento econômico da era Lula, alguns dados chamam a atenção. Primeiramente, houve sensível melhora nos níveis de emprego, especialmente no segundo mandato de Lula, quando a taxa de desemprego baixou para 6,0% (tendo chegado antes a 13%). Outra mudança significativa foi a redução da desigualdade social, visível na queda do coeficiente Gini, que passou de 0,589 em 2002 para 0,527 em 2011. Vale registrar também que houve queda da mortalidade infantil em todo o país e desenvolvimento econômico e social mais intenso no Nordeste, região tradicionalmente desprivilegiada.

Combinadas, a expansão econômica e a melhor distribuição de renda geraram processo de ascensão social digno de nota. Estima-se, por exemplo, que cerca de 22 milhões de pessoas deixaram a condição de pobreza extrema, com o grupo considerado mais pobre baixando de 26% para 14%

da população em 2010. Ao mesmo tempo, a “classe média” (em uma classificação que considera apenas a renda familiar) aumentou em 25 milhões de pessoas, chegando a representar mais de 50% da população.

Da crise do mensalão à reeleição

Os resultados positivos do primeiro governo petista nas áreas econômica e social ainda não haviam despontado inteiramente quando surgiu a primeira crise grave, o escândalo de corrupção do “mensalão”. Da perspectiva privilegiada de quem sabe o desdobramento futuro dos eventos, podemos compreender melhor hoje que o caso “mensalão” foi impulsionado pelo desejo de desestabilizar o projeto de poder petista. Pode-se dizer que foi o primeiro *round* da “luta contra a corrupção” e também a primeira tentativa de destruir o projeto petista. Não se trata de defender os acusados de corrupção. Índícios de práticas desonestas no partido começaram a ser denunciadas por seus próprios militantes, ainda nos anos 1990 (Reis Filho, 2007, pp. 520-521). Os atos ilícitos começaram pela necessidade de financiar as campanhas eleitorais, com adoção de esquemas parecidos aos utilizados pelos outros partidos. Mas o problema causava mais mal-estar no PT por suas origens e por seu discurso, já que desde a fundação ele se apresentou como partido de novo tipo e inclemente contra a corrupção. Para muitos militantes era inadmissível cometer os mesmos desvios dos partidos tradicionais, o que gerou situação anômala no Brasil, com quadros do próprio partido denunciando a corrupção. Se já havia práticas ilícitas em governos municipais, é fácil imaginar a ampliação de escala no caso do governo federal, em que as campanhas eleitorais envolviam gastos milionários.

O problema do caso “mensalão” e dos outros que viriam a seguir é o modo como foram realizadas e manipuladas as denúncias de corrupção. Além de versões exageradas e caricatas, os denunciadores demonstraram um viés seletivo, ou seja, só tinham olhos para os malfeitos do PT, às vezes atribuindo a esse partido a origem de todos os males. Além disso, não se pode confiar na sinceridade do ímpeto moralista de denunciadores que são eles mesmos bastante corruptos, tanto certos líderes políticos como empresas de comunicação acostumadas a – e cevadas por – relações promíscuas

com o Estado. Foi flagrante a desproporção da cobertura jornalística do “mensalão”, com a grande mídia demonstrando maior interesse em investigar as acusações contra o governo Lula do que havia feito com o governo FHC. Chama a atenção também o *timing* político do escândalo, que se desenvolveu um ano antes da corrida presidencial.

O caso “mensalão” estourou em 2005, a partir de declarações do deputado do PTB Roberto Jefferson, até então aliado do governo Lula. Pressionado por denúncias de corrupção envolvendo pessoa por ele indicada para cargo oficial e insatisfeito com o governo, que se negou a abafar o caso, Jefferson denunciou um esquema de compra de apoio de deputados para obtenção de maioria governista na Câmara (Nobre, 2013, p. 111). Principal ministro do governo Lula, o deputado federal José Dirceu foi apontado como comandante do esquema que envolveria ainda outras lideranças do PT. As denúncias que se seguiram envolveram também o ministro da Fazenda, Antônio Palocci. O impacto político das acusações foi enorme e provocou a demissão de Dirceu e Palocci, sendo que o primeiro ainda teve seu mandato parlamentar cassado pela Câmara dos Deputados, mesmo destino de Roberto Jefferson. Posteriormente o caso foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal (em 2012), que condenou mais de vinte pessoas, entre elas José Dirceu, uma decisão que segue gerando polêmicas.³

Ainda que parem incertezas sobre os procedimentos jurídicos do caso “mensalão”, não há dúvida de que a liderança do PT se envolveu em esquemas ilícitos. A pergunta é por que um partido de origem popular acabou praticando o que condenava? A resposta passa pela compreensão das características do sistema e da cultura política brasileiros. Primeiro, há que considerar os elevados custos das campanhas eleitorais no Brasil e a praxe corrente das doações empresariais não contabilizadas, o chamado “caixa 2”. Para crescer e ganhar eleições importantes, o PT precisava de muito dinheiro e acabou adotando os caminhos usuais dos outros partidos. Em segundo lugar, como o sistema partidário é pulverizado, o partido que elege o presidente da República nunca consegue maioria parlamentar, portanto depende de construir alianças para governar.⁴ Como a maioria dos partidos não tem propriamente programas ideológicos, uma das maneiras mais eficazes de obter o seu apoio envolve práticas ilícitas.

Além disso, a liderança petista se adaptou a outras tradições arraigadas na cultura política brasileira, que é fenômeno complexo mas possui dois traços marcantes, personalismo e acomodação. Um movimento paradoxal, já que em sua origem o partido pretendia romper com velhas práticas e tornar-se organização moderna com base em suas ligações com os movimentos sociais. Embora tenha alcançado em parte esse objetivo, o PT apenas conseguiu ganhar o comando do país a partir da liderança pessoal de Lula. É um fenômeno muito parecido com Vargas, Prestes, Brizola, Jango. Há uma novidade no fato de Lula ser operário, mas reitera-se a personalização da política mesmo à esquerda.

Quanto à acomodação, trata-se de uma tradição que tem servido historicamente para preservar a ordem e evitar rupturas sociais, à base de acordos interelites. Mas também serviu para abrir caminho a projetos de mudanças lentas, situação em que podemos enquadrar os governos petistas. O PT e Lula se adaptaram à cultura política brasileira, depois de alguns anos tentando mudar as coisas por meio de embate frontal contra o sistema político. Perceberam a fraca disposição da maioria da população em apoiar soluções radicais e também as possibilidades de utilizar o personalismo em favor do projeto de esquerda. Decidiram, pois, integrar-se à cultura e às tradições políticas para ter chances de ganhar as eleições e para ter meios de governar depois da vitória eleitoral. Como tem sido comum na história brasileira, começou um processo de mudanças ambíguo, arranjo que integrou setores conservadores ao governo de esquerda e manteve os piores aspectos do sistema político. Mas como uma pré-condição para chegar ao poder e realizar as almejadas mudanças sociais. Uma acomodação com segmentos da classe dominante, porém, desta vez com o objetivo de gerar a inclusão social, ainda que lentamente. E, de fato, como vimos, os governos petistas impulsionaram parte da agenda de mudanças sociais, apesar dos seus sócios conservadores.

É preciso reconhecer que sem os acordos feitos pelo PT tais benefícios não existiriam, pois ele não teria chegado ao poder, nem governado. E, também, que a estratégia de mudanças lentas é adequada em contexto de ausência de sólido apoio popular para projetos de mudança brusca. O pior aspecto desse arranjo, e origem da crise que engoliu o governo petista, foi a falta de uma estratégia do PT para mudar o sistema político. Se pretendia manter-se

fiel à ideia de mudanças, o projeto petista não poderia ter se acomodado inteiramente ao sistema político, à velha cultura política. Claro que não é fácil mudar tradições arraigadas, mesmo assim faltou uma estratégia para mudar o sistema político, que as lideranças petistas pensaram ser capazes de controlar para sempre. Além disso, ao manterem acordos políticos esconrados na corrupção, esses governos montaram uma base de apoio frágil e cavaram sua sepultura, como ficaria claro anos depois (Motta, 2016).

Voltando ao escândalo do “mensalão”, a repercussão negativa do caso chegou a tal ponto que o *impeachment* pareceu uma possibilidade real. Sendo assim, por que o governo Lula se salvou? Primeiro, porque não houve denúncias diretas contra o presidente, apenas contra o segundo escalão do governo. Por outro lado, as forças de oposição parecem ter escolhido circunscrever o impacto da crise, talvez acreditando que o estrago já era suficiente para derrotar Lula nas eleições de 2006. Além disso, a situação econômica era positiva e tendia a melhorar, para muitos atores não fazia sentido aprofundar uma crise que poderia estragar o bom momento. O PT sofreu perda importante de popularidade nas cidades, entre setores mais escolarizados e lideranças sociais, começando um processo de perda de qualidade da sua militância.

No entanto, para surpresa de muitos observadores, Lula não apenas conseguiu recuperar sua popularidade, como ganhou as eleições de 2006, conquistando um segundo mandato. A perda de votos nas áreas mais urbanizadas e desenvolvidas foi compensada pela ampliação de sua popularidade nas áreas pobres e tradicionalmente excluídas, notadamente no Nordeste, mas também em regiões menos privilegiadas do Sudeste. O sucesso econômico do governo e os resultados de suas políticas sociais distributivistas contribuíram sobremaneira para a vitória. Outro importante deslocamento ocorreu na política de alianças de Lula, que depois do mensalão se aproximou mais do PMDB, o partido central do sistema político brasileiro. Com o apoio do PMDB e sua enorme bancada, que ganhou muitos cargos e vantagens na máquina do Estado, inclusive o posto de vice-presidente da República na chapa do PT para as eleições de 2010 e 2014, a liderança petista esperava alcançar maior estabilidade, o que funcionou por algum tempo. Porém, a nova aliança viria a cobrar um preço enorme anos depois, no processo que culminou no *impeachment* de 2016.

O segundo mandato foi a fase áurea de Lula, quando ele atuou com mais segurança e desenvoltura e obteve notável reconhecimento. A liderança e o carisma do ex-operário metalúrgico se firmaram em várias dimensões, alcançando fama mundial. Para isso contribuíram os bons resultados econômicos e sociais, a estabilidade política interna, a maneira como o governo enfrentou a crise econômica mundial de 2008 e sua ousada política externa. Os resultados das políticas sociais distributivistas apareceram com mais destaque nessa fase, em que ocorreram também os mais importantes investimentos educacionais. Igualmente, foi na segunda gestão de Lula que se consolidou o seu modelo desenvolvimentista, com destaque para ações no campo da infraestrutura e da energia. Para dinamizar esses empreendimentos econômicos, em 2007 foi lançado o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), uma iniciativa que também atendia às necessidades da propaganda governamental. O PAC serviu também para popularizar a imagem de sua gestora, Dilma Rousseff, que seria a candidata de Lula à sucessão.

A maneira heterodoxa como o governo Lula respondeu à crise econômica global de 2008 destacou-se nessa fase, especialmente porque os resultados foram positivos. A crise gerou inicialmente uma forte queda na produção econômica brasileira, junto com elevação da inflação e queda no valor do real. Em lugar de adotar a receita liberal aplicada por muitos países no mesmo contexto, o governo brasileiro ampliou os gastos públicos e tomou medidas para estimular a atividade econômica: ampliou o crédito, baixou a taxa de juros, reduziu impostos sobre a indústria e aumentou os investimentos estatais, mesmo em quadro de queda da receita (Barbosa, 2013, p. 81). Nesse contexto, no final de 2009 foi lançado o programa Minha Casa, Minha Vida, voltado ao financiamento de construção de imóveis para a população de baixa renda. Além de atender à população mais pobre e gerar empregos e negócios em setor estratégico da economia, o projeto tinha a vantagem adicional de divulgar mais a imagem de Dilma Rousseff.

As políticas anticrise (anticíclicas) funcionaram muito bem, pelo menos a curto prazo. A resposta imediata da economia aos estímulos governamentais foi retomar o crescimento após o ano ruim de 2009, quando o PIB regrediu em 0,6%. Em 2010 a atividade econômica voltou a crescer e o PIB se expandiu em 7,5%, a melhor taxa desde os anos do “milagre” dos anos 1970. No último ano de Lula, outro dado aparentemente positivo

fortaleceu a sensação pública de solidez econômica: a moeda brasileira voltou a se valorizar, alcançando a cotação de 1,66 em relação ao dólar. Entretanto, os efeitos negativos da crise internacional persistiram e voltaram com mais força no governo seguinte, que não conseguiu responder bem aos novos desafios econômicos.

Outra faceta marcante dos governos petistas foi a sua política externa, que trouxe prestígio a Lula e contribuiu para divulgar imagem internacional positiva do Brasil, naqueles anos visto como país em ascensão. De um lado, contribuiu para esse quadro o forte crescimento econômico e o aparente sucesso brasileiro no enfrentamento dos efeitos da crise de 2008. Em 2012 anunciou-se, em tom eufórico, que o Brasil atingira a posição de sexta maior economia do mundo, uma prova da tendência ascendente. Não obstante o crescimento econômico abrisse portas no campo das relações internacionais, a chave da nova diplomacia residia em estratégia que fazia eco à política externa independente da primeira metade dos anos 1960.

Nesse ponto fiel às tradições da esquerda,⁵ o governo Lula afastou-se do alinhamento com os Estados Unidos e buscou promover o multilateralismo. Um dos objetivos principais da nova política diplomática foi afirmar a liderança brasileira na América do Sul e fortalecer os mecanismos de integração regional. Por isso, juntamente com outros governos de esquerda da região, o Brasil recusou a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), de iniciativa norte-americana. Para contornar a hegemonia norte-americana, a estratégia brasileira foi fortalecer os laços com os países vizinhos e ampliar o Mercosul, que passou a ter como novo sócio a Venezuela. Além disso, os diplomatas brasileiros empenharam-se pela criação da Unasul (União de Nações Sul-Americanas), uma entidade que congregava todos os países sul-americanos com vistas à integração comercial e aproximação política. Importante referir que a prioridade concedida à América Latina teve impactos na diplomacia cultural, como a disseminação do ensino da língua espanhola no sistema escolar brasileiro e a criação de programas de bolsas para estudantes latino-americanos no Brasil, além de outros projetos de cooperação acadêmica.

Além da ênfase na América Latina, outra estratégia importante foi a aproximação com Rússia, Índia, China e África do Sul, gerando a formação do grupo Brics. Ademais, o governo brasileiro buscou liderar os países

emergentes nas negociações comerciais com os países ricos, sobretudo questionando o protecionismo das nações mais poderosas, que prejudica as exportações das menos favorecidas. Apesar de fomentar linha diplomática rebelde a alguns interesses das grandes potências, na verdade o governo Lula evitou confrontar seriamente os Estados Unidos, e os dois países mantiveram relações cordiais (Saraiva; Vigevani, 2014).

Embora encontrassem sucesso em sua estratégia diplomática, os governos petistas foram atacados por adversários liberais e conservadores que acusaram afinidades suspeitas com o bolivarianismo da Venezuela, além de reclamarem de que a aliança tradicional com os Estados Unidos interessaria mais ao Brasil. Por essa e outras razões, o ponto mais favorável para o prestígio de Lula no Brasil foi o crescimento econômico durante os seus oito anos de governo. Durante os dois mandatos houve uma expansão média anual do PIB da ordem de 4%, em contraposição aos 2,3% de média anual no período FHC. Além dos programas sociais, outro ponto de destaque foi a redução significativa na taxa de desemprego, que, como já apontado, baixou de 12% para 6%. Todos esses fatores explicam a grande popularidade de Lula ao fim do seu governo, uma situação inédita na história recente do país. Como terminou o mandato com índice de 87% de aprovação popular, não causa surpresa que ele tenha conseguido eleger um sucessor de sua preferência.

O fracasso do lulismo sem Lula

No quadro das eleições de 2010, a situação era ao mesmo tempo confortável e desafiadora para o governo. O elevado índice de popularidade de Lula permitia supor que não seria difícil eleger o sucessor. No entanto, apesar do grande capital político e eleitoral acumulado, não havia sucessor natural, já que alguns nomes fortes foram destruídos em meio à crise do mensalão. Diante dessa situação, Lula resolveu inovar e escolheu Dilma Rousseff, que havia ocupado vários cargos importantes no governo. A ousadia não estava apenas no fato de ser uma candidata, em país que jamais tivera uma mulher como presidente, mas, também, porque ela tinha perfil mais técnico do que político. Além disso, Rousseff não era uma petista histórica (se filiou ao

partido apenas em 2001), o que gerou desconfiança perene entre alguns líderes do PT.⁶ No início da campanha ela era desconhecida pela maioria do eleitorado, mas tinha a vantagem de possuir nível baixo de rejeição e apresentar uma imagem de técnica sem grande comprometimento político. Um ponto positivo para os eleitores que desconfiavam dos políticos, ainda mais no rescaldo do escândalo do mensalão. Assim, Rousseff podia ser considerada livre dos vícios da política, mas, ao mesmo tempo, como continuadora do governo Lula.

A principal estratégia de ataque da oposição foi açular os temores dos segmentos conservadores, em campanha que recuperou temas caros à tradição anticomunista. Foi denunciado o passado guerrilheiro de Rousseff e acusou-se a candidata de apoiar causas contrárias à moralidade religiosa. Embora não tenha impedido a vitória dos petistas, essa campanha tonificou os grupos conservadores, cuja influência aumentaria bastante nos anos seguintes. Registre-se que tais ataques soaram pouco convincentes para o eleitorado bem informado sobre o passado político do candidato do PSDB, José Serra, que também militara na esquerda nos anos 1960, além de ter o apoio dos ex-comunistas do Partido Popular Socialista (PPS). A candidatura do PT era aliada dos ainda comunistas do PCdoB, mas, em compensação, contava com o centrista e “pragmático” PMDB, que indicou o vice-presidente Michel Temer. A presença do PMDB na chapa era desdobramento do estrago político provocado pelo mensalão e visava a aumentar o apoio parlamentar ao governo e dar-lhe mais estabilidade. O esquema funcionou bem na primeira gestão de Dilma, mas, depois, ajudou a provocar o desastre.

Embora Lula fosse o verdadeiro responsável pela vitória de Dilma, as relações entre os dois não foram simples. Rousseff mostrava reconhecimento pela liderança de Lula, mas, simultaneamente, desejava distanciar-se um pouco e ganhar autonomia, no que era estimulada por seus assessores principais. Mesmo assim, o novo governo manteve a essência das políticas de Lula, dando continuidade ao desenvolvimentismo com viés social baseado em fortes investimentos estatais e nas políticas de transferência de renda. No campo das políticas de educação e de direitos humanos, o governo Dilma continuou e ampliou ações em defesa das minorias sexuais, projetando, por exemplo, algumas iniciativas no plano de educação sexual que valorizavam

a diversidade. Mas a força da resistência dos setores conservadores e as polêmicas públicas por eles provocadas levaram o governo a recuar para ações mais cautelosas.

Outro tema importante na gestão de Rousseff foram as ações referidas à chamada justiça de transição, ou seja, as políticas de memória e de reparação no que concerne à violência repressiva da ditadura. Nesse campo, os governos petistas ampliaram iniciativas do governo FHC, o primeiro a investigar as violações de direitos humanos decorrentes da repressão política. No período Lula-Dilma, o Estado aprofundou as ações de reparações financeiras e de busca da verdade sobre a violência da ditadura, além de também ter sido mais ousado na abertura de acervos documentais produzidos pelas agências de repressão, apostando mais na transparência. No entanto, continuou-se a evitar a busca por justiça penal e a respeitar o conceito de anistia recíproca, para não confrontar os setores que preferem esquecer os crimes contra os direitos humanos praticados na ditadura.

Ainda assim, ações significativas foram empreendidas para investigar os crimes da ditadura e para disponibilizar informações sobre o aparato repressivo. A iniciativa de maior impacto foi a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), ideia lançada em 2009 no III Plano Nacional de Direitos Humanos. Mesmo que o projeto original não fosse radical, grupos de oposição (especialmente ligados aos militares) acusaram intenções “revanchistas” e criaram alguma tensão no governo Lula, que tomou medidas para evitar investigações orientadas para julgamentos criminais. Dilma Rousseff manteve a mesma postura moderada e a CNV foi finalmente criada durante o seu governo. A comissão enfrentou turbulências internas e muitas polêmicas públicas, apresentando magros resultados ao final de suas atividades. Mesmo assim, concluiu o seu relatório em dezembro de 2014 com recomendações ao Estado para que os criminosos da ditadura fossem julgados. Uma proposta politicamente inviável no momento da sua edição, mas quem sabe no futuro poderá trazer consequências.

No campo econômico, o governo Rousseff herdou o desafio da crise internacional iniciada em 2008. No primeiro momento, seu objetivo principal foi segurar a inflação e melhorar as contas públicas, já que o crescimento não parecia um problema, dado o ritmo expansionista no último ano de Lula. Por isso, Dilma concordou em reduzir o crédito e aumentar as taxas

de juros, esperando provocar uma queda suave da atividade econômica. No entanto, a situação internacional se agravou, com novas baixas nos preços das *commodities* e queda nas exportações brasileiras. Além disso, o aumento da insegurança entre os empresários levou a que reduzissem investimentos na atividade produtiva. Disso resultou o crescimento menor do PIB nos anos Dilma, bem longe da euforia do período Lula: em 2011 houve uma expansão de 4%, mas, em 2012 o resultado caiu para 1,9%, enquanto em 2013 ocorreu crescimento de 3%. No ano de 2014, último do primeiro mandato de Rousseff, a expansão do PIB foi de apenas 0,5%, já um prenúncio do que estava por vir.

Outro problema foi a tendência contínua de redução da atividade industrial, aguçada pelo acirramento da competição internacional e também pela sobrevalorização da moeda brasileira. Mais uma situação desafiadora foi o paulatino incremento da inflação, que se elevou ao patamar de 6% nos dois primeiros anos de Dilma. Para conter a escalada inflacionária o governo manteve a taxa de juros elevada e restringiu o crédito, ajudando com isso a frear a expansão do PIB. Tentando compensar as dificuldades do setor industrial, o governo de Dilma ampliou a política de renúncia fiscal iniciada na época de Lula, o que significou baixar os impostos e outros tipos de tarifas em benefício de certos segmentos produtivos. Os resultados foram negativos, pois a forte perda de receitas do governo não foi compensada pelo aumento de investimentos das empresas beneficiadas.

Mesmo com algumas oscilações em sua política econômica, o governo Rousseff manteve-se fiel à orientação geral do período Lula. Os indicadores sociais continuaram a melhorar, a exemplo da redução do percentual de pobreza: segundo dados do Ministério da Fazenda, entre 2010 e 2012 houve uma queda no número de pobres na população (de 14% para 12% do total de brasileiros). E, apesar do baixo crescimento econômico, o desemprego continuou a cair, chegando a uma taxa de 5,5% em 2012. Além disso, mesmo que o cenário econômico piorasse, alguns fundamentos da economia brasileira continuaram positivos: as reservas cambiais seguiram em elevação, atingindo o patamar de US\$ 300 bilhões, e a dívida pública continuou a baixar, chegando ao confortável índice de 60% do PIB em 2013.

Por isso, ao fim do primeiro mandato de Dilma não parecia provável que houvesse uma crise grave no horizonte. O ritmo de crescimento do PIB

baixara e era fonte de preocupações, mas não havia a sensação de que a eretista teria fim em breve. Exatamente por isso, o que veio a seguir causou muita surpresa, especialmente aos observadores externos. Os problemas mais graves, na verdade, fermentavam no campo político e aí se encontram as razões principais para a queda de Dilma. O primeiro sintoma de que a insatisfação lavrava entre alguns setores sociais apareceu em junho de 2013, quando eclodiu um ciclo de protestos de rua cujo tema inicial era a denúncia dos gastos públicos com grandes eventos esportivos – a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014. Porém, não foram protestos apenas contra o governo e sim contra a máquina pública em geral, com denúncias contra a má qualidade dos transportes e da educação pública, assim como críticas à corrupção.

A insatisfação genérica demonstrada nas ruas em 2013, junto com a perda de ritmo no crescimento econômico tornaram as eleições de 2014 mais acirradas que as anteriores, com a oposição capitaneada pelo PSDB sentindo que o desgaste dos petistas oferecia chances reais de vitória. Tendo como candidato o ex-governador e senador mineiro Aécio Neves, o principal bloco de oposição lançou-se à campanha com entusiasmo. No decorrer da disputa dois fenômenos se destacaram: o crescimento da opinião de direita e a manipulação eleitoral da operação Lava Jato. Foi marcante o incremento de argumentos radicais de direita, muitas vezes inspirados na tradição anticomunista. Em certos lugares, eleitores com camisetas vermelhas foram hostilizados com gritos (“Vai para Cuba”) e gestos violentos, e vários grupos se apropriaram de discursos proferidos em 1964 (“Minha bandeira jamais será vermelha”), convidando mais uma vez os militares a livrarem o país do comunismo.

Fenômeno que se tornaria mais agudo nos meses seguintes, a radicalização direitista representou o sucesso de um trabalho de propaganda via internet iniciado no começo dos anos 2000, transformando em celebridades gurus de direita que à época não pareciam ter muito futuro. Claramente houve algo de artificial e oportunista nesse movimento, no entanto isso não é suficiente para explicar por que milhões de pessoas se identificaram com simplórios discursos anticomunistas. Necessário perceber que o crescimento da direita foi uma resposta aos governos petistas. Eles não foram radicais e tampouco seguiram uma pauta socialista, porém algumas

de suas políticas afrontaram valores da direita conservadora e da liberal, como o aumento do intervencionismo estatal, as bolsas e cotas sociais, os programas visando à igualdade de gênero e racial, bem como as políticas em defesa das minorias sexuais.

Outro fenômeno marcante no contexto da disputa eleitoral foi a Operação Lava Jato, que em março de 2014 começou a investigar a corrupção na Petrobras a partir de doleiros que faziam “lavagem” do dinheiro desviado. Graças ao mecanismo da delação premiada, alguns acusados começaram a oferecer informações sobre os esquemas de corrupção, em troca de redução nas suas penas. Embora as investigações tivessem fundamentos sólidos e respondessem ao interesse público – exatamente por isso atraíram grande apoio social –, o seu uso eleitoral lançou dúvidas sobre as reais intenções. Notícias sobre a investigação foram utilizadas na disputa eleitoral de 2014, com vazamento seletivo de informações que constrangiam figuras do PT e poupavam seus adversários. O *timing* eleitoral das informações vazadas para a imprensa pela Lava Jato indicava não estar em jogo apenas o combate à corrupção. Por exemplo, dois dias antes da votação do segundo turno a revista *Veja* publicou matéria de capa com base em depoimentos colhidos pela operação, sob o título “Eles sabiam de tudo”. O texto comentava afirmações do doleiro Alberto Youssef de que a presidente e o ex-presidente provavelmente sabiam dos esquemas de corrupção da Petrobras (Almeida, 2016, p. 38). Uma declaração vaga e especulativa que deveria ser investigada com cuidado foi transformada em pura dinamite no meio de uma eleição acirrada. E a manipulação política da operação anticorrupção estava apenas começando.

Mesmo nesse quadro político adverso a candidatura de Rousseff saiu vitoriosa do pleito, embora por margem muito pequena (51,65% dos votos válidos contra 48,36%). Para esse resultado foi decisiva a memória favorável que os anos Lula deixaram em alguns segmentos da população, notadamente nas áreas mais pobres do país e nos grupos ideologicamente à esquerda, enquanto a oposição foi majoritária nas regiões mais ricas e entre as classes médias e superiores. Também decisiva para a vitória foi a estratégia eleitoral agressiva contra os candidatos oposicionistas, com a campanha alcançando níveis ainda mais apelativos nas redes sociais, o que contribuiu para acirrar a disputa e a rivalidade entre as chapas (Almeida, 2016). Assim, no mo-

mento de encerramento das eleições de 2014 já estava montado o quadro de polarização política que se agravaria nos meses seguintes.

Insuflada pela disposição antipetista radical de muitos dos seus eleitores, que não aceitaram a derrota e fizeram protestos ruidosos de rua no início de 2015, e também ressentida pelas feridas abertas na eleição, a liderança da oposição lançou imediatamente estratégia de desestabilização do governo Rousseff. De início, a intenção era mais “sangrar o governo” – como disse um líder do PSDB – do que retirá-lo do poder. Mas, com a rápida evolução dos acontecimentos, que provocaram deterioração econômica e derretimento da base de apoio do governo, as forças de oposição tiveram a oportunidade de golpear mais fundo.

Fundamental destacar que o governo contribuiu muito para o desfecho negativo. A condução da crise econômica e política foi errática e incompetente, facilitando o trabalho da oposição. Para acalmar os críticos liberais e tentar reverter as tendências negativas no setor econômico, a presidente reeleita nomeou um ministro da Fazenda (Joaquim Levy) alinhado ao mercado financeiro, que previsivelmente aplicou medidas ortodoxas, na contramão das expectativas do eleitorado de Dilma. Além de deixar perplexos e insatisfeitos seus apoiadores à esquerda, especialmente a liderança do PT, que não deu trégua a Levy, as medidas não trouxeram melhora na situação econômica, que se agravou rapidamente. Em meio às incertezas do momento a economia começou a afundar, com uma grave retração do PIB (queda de 3,8% em 2015) e elevação do desemprego, que subiu para 9%. Além disso, a inflação disparou para uma taxa anual de 10%, empurrada por aumento no déficit público e desvalorização do real frente ao dólar, que em poucos meses teve uma baixa de 50% no seu valor (caindo de 2,7 para 4 reais por 1 dólar).

A dificuldade do governo em administrar o quadro econômico foi agravada pelo bloqueio da oposição no Congresso, que impediu ou atrasou a aprovação de medidas planejadas para atenuar a crise. O próprio PT hesitava em apoiar medidas econômicas de caráter liberal encaminhadas pelo governo, o que só aumentou o problema. Além disso, os estragos provocados pela Lava Jato foram se aprofundando com novos escândalos e revelações, que implicavam também mais dificuldades para a economia. A prisão de dirigentes de empresas estatais e de executivos de grandes empresas privadas

que prestavam serviços à Petrobras, cujos bens foram bloqueados, além da paralisação de obras de porte contribuíram para agravar a recessão econômica. A indecisão do governo quanto ao caminho a adotar, dividido entre a pressão dos grupos liberais e a dos grupos de esquerda, que defendiam as alternativas contraditórias de cortar gastos ou estimular a atividade econômica com mais investimentos públicos, tornou os empresários ainda mais arredios a investir na atividade produtiva.

A terrível situação econômica ampliou os obstáculos políticos à frente do governo Rousseff, que não mostrou habilidade necessária para vencê-los. Em sua defesa, pode-se afirmar que qualquer liderança teria dificuldade em superar quadro tão agudamente adverso. No entanto, uma liderança mais atilada teria evitado que a situação crítica atingisse tamanha envergadura. Indubitavelmente, faltou melhor condução política ao governo Rousseff (incluída a *entourage* presidencial), que não tinha a habilidade de Lula para negociar conflitos e acomodar interesses diversos. Observadores críticos afirmaram que Dilma foi autoritária, irascível e pouco aberta ao diálogo com as lideranças políticas. Além disso, formularam-se muitas reclamações contra sua incapacidade de ouvir conselhos e certa teimosia. De outro ponto de vista, pode-se dizer que a presidente agiu assim por dificuldade em aceitar os arranjos políticos tradicionais, inclusive a corrupção. Um exemplo paradigmático foi o choque com o deputado Eduardo Cunha, que seria eleito presidente da Câmara dos Deputados contra a vontade de Rousseff, que não o suportava por saber como ele operava. Ela ganhou com isso um inimigo irreconciliável que, à frente da Câmara, teve papel-chave na aprovação do *impeachment*.

O caso de Eduardo Cunha é apenas um episódio – embora central – do processo de desmantelamento da base parlamentar do governo Rousseff. Ele e outros líderes do PMDB, assim como figuras de partidos menores aliados do PT entraram em rota de colisão com o governo de que faziam parte havia anos. Salta aos olhos o oportunismo desses políticos, que sem qualquer pudor traíram o seu governo. Piores ainda os casos de ex-ministros de Lula e Dilma e do vice-presidente da última, Michel Temer, que conspiraram em favor do *impeachment*. No caso de Temer destaca-se seu papel-chave nas gestões para aproximar o até então governista PMDB do bloco de oposição liderado pelo PSDB. Uma ação oportunista que ficará registrada na história

da República, embora Temer tenha tentado justificá-la com o argumento de que foi tratado sem a devida consideração por parte de Dilma.⁷

Explicação definitiva para o fenômeno da erosão política do governo Rousseff demandará mais pesquisas, mas alguns aspectos são claros. O afastamento dos partidos aliados do PT, com exceção do fiel PCdoB, deveu-se inicialmente a desgastes na relação com o governo. A propalada falta de disposição de Dilma ao diálogo teve algum peso, assim como sua tentativa, no início do segundo mandato, de diminuir a dependência do governo em relação ao PMDB, um erro estratégico, já que não se construiu base de poder alternativa. Há indícios de que o comando do governo inicialmente via com bons olhos as investigações contra a corrupção, sem imaginar que acabariam voltando-se contra ele. Rousseff nada fez para impedir as investigações; ao contrário, os governos petistas ao longo dos anos ampliaram a autonomia do Ministério Público e da Polícia Federal, com base em convicções republicanas. No entanto, havia uma contradição grave: o comando do governo apostava no fortalecimento das instituições republicanas, mas, ao mesmo tempo, dependia de alianças políticas corruptas e fisiológicas para governar. O fato é que Dilma não conseguiu desmontar os esquemas de corrupção e tampouco construiu alternativa mais estável para governar. A contradição tornou-se uma armadilha mortal. A parte podre da base aliada do governo, ou seja, os parlamentares que ali estavam movidos por fisiologismo, apressou-se em abandonar o barco quando ele começou a adernar, apostando na alternativa mais conveniente para salvarem a pele e continuarem a fruir os recursos públicos.

A razão principal para o desmonte da base parlamentar não foi a falta de diálogo de Rousseff e sim uma conjunção de fatores que se mostrou explosiva: a crescente pressão da opinião direitista (conservadora e liberal) e antipetista, a grave crise econômica e o medo de parte das lideranças políticas quanto aos resultados da Lava Jato. A contribuição maior do governo Rousseff – ressaltando a corresponsabilidade de seus assessores políticos, alguns dos quais combinavam em doses iguais princípios éticos e ingenuidade política – foi não lograr conter a erosão de sua base parlamentar, não ter conseguido construir outra base de sustentação e projetar imagem de isolamento, falta de liderança e incapacidade de lidar com as crises política e econômica. Claro que a situação seria desafiadora para os

mais virtuosos políticos e que a oposição atrapalhou o quanto pôde. Em sua última tentativa de reconstruir a base parlamentar, em meados de março de 2016, Rousseff convidou Lula para ocupar um ministério na esperança de que sua liderança e capacidade de negociar reverteriam a situação. Foi impedida por uma decisão polêmica do Supremo Tribunal Federal, sob a alegação de que o objetivo real era garantir a Lula foro privilegiado nas ações criminais em que figuraria como réu.

A propósito, vale a pena analisar um pouco mais a atuação do Poder Judiciário e do Ministério Público na crise. Sem a sua contribuição dificilmente o *impeachment* teria ocorrido. No caso do STF, suas decisões tornaram mais difícil para o governo encontrar saídas, enquanto sua indecisão permitiu que o deputado Eduardo Cunha, já sob investigação, continuasse no comando da Câmara por tempo suficiente para conduzir o *impeachment*, após o que foi destituído pelo STF e encarcerado. Omitiu-se também o Supremo Tribunal em tolher a ação do principal protagonista da Lava Jato, juiz Sérgio Moro, quando ele cometeu ações ilegais. Um dos pontos polêmicos da Lava Jato residia exatamente aí, a disposição em fugir à lei por alegada boa-fé, ou seja, para atingir os seus objetivos moralizadores contra a corrupção. O problema está nas suspeitas de que a boa-fé era ideologicamente orientada e que não interessava punir a todos os culpados por corrupção.

A Operação Lava Jato alcançou feitos inéditos na história do Brasil, com uma ousadia notável. Ela revelou como a maior empresa do país teve recursos desviados para financiar partidos e lideranças políticas, especialmente da base aliada do governo. Os investigadores estimaram que tais esquemas trouxeram prejuízo bilionário para a empresa e desvelaram as conexões corruptas com as maiores empresas privadas do país. Um feito inusitado dos condutores da Lava Jato foi conduzir à prisão e condenar empresários que figuraram entre os mais ricos do Brasil, fato que atraiu admiração e respeito. No entanto, o balanço final dos resultados deverá considerar não apenas os procedimentos judiciais questionáveis (escutas telefônicas ilegais, prisões abusivas, pressões e vantagens exageradas para obter delações, divulgação antecipada de informações à grande imprensa, muitas vezes com *timing* adequado para criar mais prejuízo político ao governo petista), como também os desdobramentos políticos e econômicos. As investigações contribuíram para piorar a situação econômica e para dismantelar empresas

estratégicas para o país, com muitos críticos argumentando que os alvos deveriam ser apenas os líderes empresariais, não as companhias.

Não há dúvida de que a Lava Jato foi politicamente orientada e utilizada para destruir a imagem dos governos petistas e seus líderes, contribuindo para a ebulição nas redes sociais e as grandes manifestações de rua favoráveis ao *impeachment* no primeiro semestre de 2016. Milhões de pessoas foram às ruas protestar contra a corrupção atribuída aos governos petistas, especialmente nas capitais das regiões Sudeste e Sul. Um dos episódios mais marcantes protagonizados pela operação foi a condução coercitiva do ex-presidente Lula em 4 de março de 2016, levado por policiais federais para um simples depoimento. O exagero do aparato repressivo utilizado na operação – devidamente divulgada por órgãos de imprensa convidados pelas autoridades responsáveis – gerou a sensação de que Lula estaria sendo preso, o que aos olhos da opinião antipetista soava como prova de corrupção. Assim, com a reverberação oferecida pelas maiores empresas de mídia contribuindo para a mobilização, em combinação com o ativismo das redes sociais, o trabalho da Lava Jato abriu caminho para o *impeachment* ao criar a imagem de que os petistas seriam os verdadeiros culpados pela corrupção no país. Os efeitos na opinião pública foram poderosos, já que pesquisas mostraram apoio majoritário ao *impeachment* pouco após a “detenção” de Lula.⁸

Curiosamente, e tragicamente, esse clima político radicalizado e passional gerou um movimento contrário ao efetivo combate à corrupção. Muitos parlamentares acusados de corrupção votaram a favor do *impeachment* na esperança de que o vice-presidente Temer seria capaz de deter a Lava Jato, restringindo as punições à órbita do PT. Como o governo Dilma desmanchava-se rapidamente e mostrava-se incapaz ou desinteressado em conter a Lava Jato, tais políticos viram aí mais uma razão para entregar o poder a Temer. Segundo uma expressão usada pelo senador Romero Jucá em conversa gravada pela polícia, que se tornaria célebre, a saída de Dilma seria para “estancar a sangria”. No dia da fatídica aprovação do *impeachment* na Câmara dos Deputados, 17 de abril de 2016 (367 votos favoráveis, 137 contrários e 7 abstenções), alguns parlamentares que votaram contra Rousseff alegaram que ela sairia “pelo conjunto da obra”. A acusação formal não passou disso, mera formalidade. A presidente foi impedida supostamente

por cometer crimes de responsabilidade, tal como prevê a Constituição. Porém, as ações alegadas não configuraram efetivamente crime (as pedaldadas fiscais e créditos suplementares sem aprovação do Congresso) ou, se o foram, a mesma pena deveria ter sido aplicada a presidentes anteriores ou a governadores em exercício, que adotaram os mesmos recursos. As razões reais foram a crise política e econômica, com muitos atores acreditando, ingenuamente, que a remoção de Dilma traria rapidamente solução para os problemas da economia. Menos ingenuamente, uma parte da liderança política acreditou que a derrubada de Rousseff tornaria mais fácil conter as investigações anticorrupção e proteger-se.

Significativamente, a ruidosa Lava Jato não encontrou indícios de corrupção envolvendo Dilma, o que tornou as acusações de “crime de responsabilidade” ainda mais farsescas. Uma tragédia de grandes proporções. E sem elementos cômicos que a atenuem.

O *impeachment* de 2016 – sem dúvida um golpe parlamentar – desmoralizou as instituições ao revelar as entranhas corruptas do sistema político, especialmente dos poderes Legislativo e Executivo, mas também lançou descrédito sobre o Poder Judiciário por sua conduta parcial em momento grave. Destituíu-se uma presidente que buscava afastar-se dos agentes mais corruptos do sistema político para entregar o poder a um grupo totalmente comprometido com práticas ilícitas, que foi chamado, sem metáfora, de quadrilha. Triste marco na história de uma República que nunca conseguiu lidar bem com os princípios republicanos e, tampouco, com a democracia.

Notas

1. A exemplo de uma charge publicada na edição de 23/10/2002 da revista *Veja*, uma semana antes do segundo turno das eleições, que mostra o PT como um cão raivoso de três cabeças que seriam Marx, Lenin e Trotsky.
2. Os dados econômicos citados no texto têm como referência tabelas do IBGE.
3. A condenação de Dirceu foi baseada na chamada teoria do domínio do fato, o que causou divergências no próprio Supremo Tribunal Federal e nos meios jurídicos.

4. A ciência política elaborou o conceito de presidencialismo de coalizão (Abranches, 1988) para explicar o funcionamento do sistema político brasileiro nas décadas recentes, que teria como base um sistema partidário fragmentado que dificulta para o governo a obtenção de maiorias parlamentares. No entanto, a análise poderia ser estendida para períodos anteriores da nossa história, o que revelaria um quadro estrutural. Após a crise do *impeachment*, o conceito (e a situação política) tem sido ironizado com as expressões “presidencialismo de cooptação” e “presidencialismo de coalizão”.
5. A política externa do governo Lula foi um desenho concebido tanto pelo ministro das Relações Exteriores (Celso Amorim) como pelo líder petista e historiador Marco Aurélio Garcia, que ocupou o cargo de assessor especial da Presidência para assuntos internacionais.
6. Rousseff foi militante esquerdista e guerrilheira no fim dos anos 1960 e posteriormente filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Jamais havia sido candidata a cargo eletivo anteriormente.
7. Em dezembro de 2015 uma carta pessoal de Temer para Dilma “vazou” para a imprensa, um texto em que ele se queixava de ter sido desprezado (bem como seu partido) pela presidente.
8. Segundo uma pesquisa Datafolha de 19/03/2016, 68% da população seria favorável ao *impeachment*.

Bibliografia

- Aarão Reis Filho, Daniel. 2007. “O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas”. In Ferreira, Jorge; Aarão Reis Filho, Daniel (orgs.). *As esquerdas no Brasil*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Abranches, Sérgio H. 1988. “Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro.” *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1.
- Almeida, Rodrigo de. 2016. *À sombra do poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff*. São Paulo: Leya.
- Amorim, Celso. 2015. *Teerão, Ramalá e Doha*. Memórias da política externa ativa e altiva. São Paulo: Benvirá.
- Barbosa, Nelson. 2013. “Dez anos de política econômica. In Sader, Emir (org.). *Lula e Dilma*. Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo.

- Brito, Alexandra Barahona. 2013. “‘Justiça transicional’ em câmara lenta: o caso do Brasil”. In *O passado que não passa*. A sombra das ditaduras na Europa do sul e na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Hall, Anthony. 2006. “From Fome Zero to Bolsa Família: Social Policies and Poverty Alleviation under Lula”. *Journal of Latin American Studies*, v. 38, n. 4, nov.
- Martinho, Francisco. 2007. “A armadilha do novo: Luiz Inácio Lula da Silva e uma esquerda que se imaginou diferente”. In Ferreira, Jorge; Aarão Reis Filho, Daniel (orgs.). *As esquerdas no Brasil*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Motta, Rodrigo Patto Sá. 2002. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp.
- _____. 2016. “O Brasil à beira do abismo, de novo”. In Castro, H. M.; Mamiogonian, B.; Bessone, T. (orgs.). *Historiadores pela democracia*. São Paulo: Alameda.
- Nobre, Marcos. 2013. *Imobilismo em movimento*. Da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sader, Emir (org.). 2013. *Lula e Dilma*. Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo.
- Sallum Jr., Brasílio. 1999. “O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo”. *Tempo Social*, São Paulo, v.11, n. 2.
- Saraiva, Miriam Gomes; Vigevani, Tullo. In Reis Filho, D. A.; Ridenti, M.; Motta, R. P. S. 2014. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Singer, André. 2012. *Sentidos do lulismo*. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras.
- Vidal Luna, Félix; Klein, Herbert. 2007. *O Brasil desde 1980*. São Paulo: A Girafa.